

## "Reflexão sobre alterações climáticas e os seus desafios"

### "Comissão de Proteção Ambiental"

As alterações climáticas representam um dos maiores desafios globais dos nossos tempos.

Estas transformações vão alterar e afetar a experiência de cada indivíduo, bem como as bases sociais tais como as conhecemos na contemporaneidade.

A preservação do meio ambiente depende muito da sensibilização dos indivíduos de uma sociedade. Desta forma, é importante veicular e disponibilizar informação aos cidadãos de todas as faixas etárias e dos mais variados quadrantes, para que todos em consciência possam contribuir positivamente para a prosperidade do meio ambiente.

Nessa medida, promover o debate sobre as alterações climáticas, abordar a relação entre estas e os recursos naturais, a prosperidade, a estabilidade e a migração, assim como o consumo e escassez de elementos tão necessários à vida, como é o caso primário da água, não é apenas o nosso dever, mas de modo evidente, é a nossa obrigação enquanto estrutura de defesa dos jovens. A política de preservação ambiental é, por si só, uma política de juventude por excelência.

"Se não forem tomadas medidas para reduzir as emissões mundiais de gases com efeito de estufa, **é provável que o aquecimento global venha a ser superior a 2 °C** relativamente aos níveis da era pré-industrial, podendo mesmo aumentar 5 °C até ao final do século. Já é reconhecido cientificamente que o impacto de tal evento seria catastrófico, nomeadamente na paisagem mundial com a subida do mar e das temperaturas médias, o que traria uma instabilidade global, quer económica como social." - Conselho da União Europeia

A 26 de fevereiro do presente ano, o Conselho Europeu adoptou um conjunto de conclusões face às alterações climáticas, reiterando que a UE continuará a assumir a liderança no prosseguimento da ação climática a nível mundial. Este Órgão reconhece ainda que as alterações climáticas têm implicações diretas e indiretas para a segurança e a estabilidade internacionais, dado que entende que as disputas pela água, principalmente nas regiões secas e nos países com bacias hidrográficas partilhadas, podem levar a grandes conflitos.

É da mesma forma reconhecido que as alterações climáticas deverão agravar as desigualdades sociais, afetando principalmente os que se encontram em situações mais frágeis e vulneráveis por intermédio da perda de meios de subsistência, acrescentando conseqüentemente a ameaça climática com a agitação social e política.

As fortes evidências científicas apresentadas em relatórios recentes apontam para uma aceleração na oscilação climática, intensificando assim os alertas para a, cada vez mais perentória, urgência de reverter as práticas executadas pela ação humana.

É com preocupação que se acompanham as conclusões relativas ao aquecimento do Ártico, à deterioração dos recursos hídricos e dos ecossistemas do mundo, bem como a crescente ameaça representada pela escassez de água. Nunca é em excesso salientar que apenas uma pequena fração da água doce pode ser usada para satisfazer as necessidades de água potável dos mais de 7 mil milhões de pessoas do mundo, número este que aumentará exponencialmente nos próximos anos. A verdade absoluta é que sem água não há vida, e a existência de água potável é uma condição essencial à vida humana. Podemos também observar que a procura de água se encontra a aumentar por meio da produção de determinados produtos, o que complicará o acesso à mesma para consumo humano. Tudo isto se agrava pela seca severa e o stress hídrico que, segundo as projeções do World Resources Institute, afetará o sul da Península Ibérica, sendo o território português severamente atingido em

consequência da incapacidade de renovação dos recursos hídricos derivada das alterações das faixas de precipitação e do aumento da temperatura média global.

Mediante esta premente probabilidade de as secas serem mais frequentes e mais intensas, assistimos à falência de várias barragens de Norte a Sul do país no passado ano. Colmatadas apenas pela transferência de água de outras regiões com recurso a camiões cisterna.

Sendo que a seca e a escassez de água não tem uma única causa, é necessário referir que a agricultura é dos sectores que mais pesa no desequilíbrio hídrico, bem como a irrigação não sustentável, pois provocam a transferência de recursos fundamentais em época e locais desapropriados.

Mas não só de escassez de água se rege o problema climático no nosso país dado que, a seca pode acelerar os processos de desertificação e degradação do solo, conduzindo também a uma perda de biodiversidade.

De acordo, novamente, com o World Resources Institute, Portugal perdeu 4% de sua cobertura total de árvores em 2016, a maior percentagem de qualquer país. Quase metade de toda a floresta queimada na União Europeia em 2016 ocorreu em Portugal, intensificada pela prevalência de plantações de eucaliptos e pinheiros propensos ao fogo e práticas precárias de gestão de terras e prevenção de incêndios.

Se a situação já era particularmente gravíssima em 2016, no ano de 2017, que lamentavelmente propiciou recordes negativos, os fogos consumiram mais de 500 mil hectares de floresta, segundo dados do Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais e do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), agravando dessa forma todo o cenário para os próximos anos.

Portugal assinou o Acordo de Paris e comprometeu-se a manter a temperatura global abaixo dos 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais. Mas os esforços nacionais de mitigação e as ambições apresentadas estão muito aquém do esperado, quer por falta de responsabilidade quer por ignorância do poder político face à complexidade do problema.

Como pode o principal objetivo se centrar em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e se promulgarem leis que não vão de encontro ao respeito pela natureza? Estará alguém ciente, ou a contabilizar, as emissões produzidas pela limpeza de faixas de gestão de combustível das florestas através das queimadas ou transformação da matéria?

Devemos sempre tentar prevenir que situações, como os terríveis incêndios do ano transato, voltem a ocorrer. Mas também parece ser sensato o poder político não se demitir das suas responsabilidades, ou da possibilidade de cometer alguma falha, engendrando leis que do ponto de vista ambiental ficam manifestamente longe do que qualquer especialista na matéria aconselharia. Contemplada nesta circunstância encontra-se a recente lei de limpeza dos terrenos que, correndo o risco de ser mal interpretada, acarretará certamente cortes prejudiciais para uma correta conservação da natureza, ficando assim demonstrado que os decisores políticos se encontram obviamente afastados da realidade e do conhecimento em relação a estas matérias.

Diante disso, e uma vez que é da estrita incumbência da Juventude Social Democrata "fiscalizar o exercício do poder público, particularmente nas matérias mais relevantes para a condição de vida e realização dos jovens; e promover a formação de uma classe política responsável, informada, rigorosa, eticamente exigente e empenhada na realização do bem comum.", considera-se que:

- é recomendável a articulação com investigadores e comunidade científica antes de decisões irreversíveis no campo ambiental;
- é benéfico organizar eventos de esclarecimento científico nas matérias relacionadas com o ambiente;

- a aproximação das universidades/académicos aos decisores públicos é uma mais valia para uma correta tomada de posição;
- promover a discussão com agentes qualificados é positivo e contribui para que a classe política seja responsabilizada;
- descodificar a linguagem técnica, de forma a comunicar claramente uma tomada de posição, é saudável para a relação entre o decisor político e a população;
- demonstrar aos jovens o efeito das suas ações cria uma consciencialização para os limites da sua liberdade aumentando o seu respeito pela liberdade do outro;
- responsabilizar os políticos pelas consequências de suas ações ambientais engrandeceria a profissão;

## Proposta

Não obstante de todas as dificuldades na compreensão precisa da matéria em causa, esta moção pretende que a JSD discuta, e por sua vez adote, o tema das alterações climáticas. Em razão de se mostrar mais apta a prestar um melhor serviço, para com todos os portugueses, evidenciará superiores conhecimentos sobre este tópico, permitindo que a JSD proteja de forma mais eficaz os jovens do presente, mas sobretudo os jovens do futuro.

Requer-se que a discussão se eleve e que a JSD seja capaz de defender aquilo que é de todos. A proposta não recai na concreta criação de uma Comissão, ou num qualquer tópico específico, mas ambiciona que se centre o debate político em questões vitais para a segurança e sustentabilidade do país como é claramente o caso das alterações climáticas.

A moção não representa em si uma alteração aos estatutos da JSD, contudo pretende ser um primeiro passo para que isso se realize. Pretende-se que nos próximos dois anos se discuta a relevância e valor da implementação de uma comissão para que esta possa ser integrada nos Órgãos Nacionais.

Nesse caso, esta Comissão Ambiental não deverá se inserir na figura de um gabinete de estudos pois, pela sua importância, é necessário que funcione como órgão independente de forma a auscultar as entidades científicas e académicas, para a posteriori auxiliar os restantes órgãos nacionais da JSD em todas as matérias de natureza ambiental.

Deseja-se que este órgão possa ser um interlocutor entre quem detém o conhecimento e aqueles que são os decisores políticos, de forma a orientar todas as decisões no verdadeiro conhecimento para nunca ultrapassar as liberdades de cada um independentemente da sua condição económica ou geográfica.

1º subscritor:

JSD Concelhia de Braga

Autor: João Rodrigo da Rocha Gomes Simões Correia – militante n.º 167259